

SOCIOLOGIA DO AMBIENTE RURAL: PRINCIPAIS TEMAS E PERSPECTIVAS

Alfio Brandenburg¹

1. Resumo

Este trabalho tem por finalidade fazer um balanço ainda preliminar da produção da sociologia do ambiente rural. Para isso, em primeiro lugar, realiza-se uma análise da trajetória dos movimentos sociais identificando-se as principais questões ambientais emergentes, na ótica dos atores do mundo rural. Num segundo momento, agrupa-se os temas privilegiados pelos pesquisadores para em seguida apontar as principais perspectivas analíticas em curso.

2. Agricultura e Meio Ambiente como uma questão

O meio ambiente emerge como uma questão na agricultura após a modernização ancorada no ideário da chamada revolução verde na década de setenta. Embora já se constate, na história do pensamento brasileiro, preocupações de caráter preservacionista (PÁDUA, 1987) não há, em período anterior a década de 70, manifestações de cunho ecológico que coloque em questão, o padrão industrial de desenvolvimento, a relação sociedade-ambiente, ou mesmo os instrumentos que intermediam essa relação. É somente após a chamada modernização conservadora da agricultura que ocorrem manifestações de contestação ao padrão técnico e econômico implementado pelas políticas agrícolas, fortemente subsidiadas pelo Estado. Isto porque, jamais se presenciou na história da sociedade brasileira um processo de exclusão social de tamanha expressão; de trabalhadores, pequenos agricultores e camponeses de modo geral. Assim, é a partir da intensa modernização agrária que grupos organizados, representantes e líderes de associações e sindicatos, questionam o padrão de desenvolvimento fundamentado na primazia da razão instrumental.

2.1. Manifestações populares: questionando os efeitos da modernização

As diferentes manifestações de contestação à exclusão social realizadas por diversos atores (trabalhadores, bóias-frias, mulheres, pequenos produtores...) não revelam, num primeiro momento, uma preocupação explícita com o meio ambiente ou pelo menos com os aspectos relacionados com a preservação

¹ Departamento de Ciências Sociais, Mestrado em Sociologia e Programa de doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, Email: alfio@onda.com.br

ou destruição dos recursos naturais². Apenas três movimentos segundo SCHERER-WARREN (1990) apresentam alguma relação com a questão ambiental em razão de sua luta pela preservação da terra ou de seus meios de produção. São eles: o movimento de pequenos agricultores familiares atingidos por barragens; o movimento de indígenas que lutam pelo direito de posse de suas terras e o movimento de seringueiros que lutam pela preservação de suas atividades extrativistas na floresta amazônica. Uma das poucas organizações que surgem no campo e que se manifestam claramente questionando o uso indiscriminado de agroquímicos foi a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural- AGAPAN, liderado por José Luttemberg,

Entre os movimentos ecológicos, um deles irá contestar o padrão técnico de produção, fomentado pelas políticas de modernização e que eram formuladas em nome da redenção do atraso agricultura em relação aos demais setores da economia: o movimento em favor de uma agricultura alternativa.

As políticas governamentais implementadas pelos órgãos públicos no primeiro período da modernização agrícola³ acenavam em seu discurso com a perspectiva de um progresso social e econômico das categorias produtoras, o que de fato resultou num processo de exclusão sem precedentes. Já na década seguinte à “primeira modernização agrícola”, o pequeno agricultor em processo de exclusão e trabalhadores já excluídos vinculados às associações, organizações sindicais combativas e pastorais religiosas, viriam a questionar tanto as políticas agrícolas como as técnicas por elas implementadas. Surge daí um movimento de construção de uma agricultura tida como “alternativa” ao modelo hegemônico e que irá resgatar práticas tradicionais de produção, condenadas pelo modelo vigente. A Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educação-FASE seria a entidade catalisadora desse movimento, formando uma assessoria as organizações emergentes, já no início da década de oitenta. Essa entidade assume um caráter mais orgânico a partir de 1983, quando se institui como uma rede de articulação nacional mediante o Projeto Tecnologias Alternativas. A rede abrange inicialmente 10 Estados brasileiros: Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais (WEID;1985,1988).

O movimento de contestação ao modelo vigente irá também se expressar por intermédio de entidades de representação dos interesses dos trabalhadores e pequenos agricultores familiares, como a Confederação

² Estudos referente ao mapeamento geral do movimento ecológico no Brasil e sua inserção no plano global, foi realizado por Eduardo Viola: O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PADUA, José Augusto. Ecologia e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e tempo; IUPERJ, 1987. Ambientalismo multissetorial no Brasil, para além da RIO-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: VIOLA, Eduardo e outros. Meio Ambiente Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 1995.

³ Deve-se resaltar o papel das políticas de subsídio à agricultura, dos órgãos como o Sistema Brasileiro de Extensão Rural e de Pesquisa agropecuária investidos na tarefa de operar a modernização do campo

Nacional dos Trabalhadores-CONTAG. Em 1985, o 4^o. Congresso Nacional dos Trabalhadores RURAIS, irá questionar as modernas técnicas de produção tendo em vista seus altos custos não compensados pelo preço da venda de seus produtos. Dessa forma propõe-se que sejam consideradas e aprimoradas pela Pesquisa e difundidas pela Extensão Rural, as experiências dos agricultores e resgatadas as suas técnicas de uso comum como: a matéria orgânica, o controle biológico, a consorciação de culturas (CONTAG, 1985).

O questionamento ao modelo de modernização também terá ressonância no interior da classe agrônômica que organiza encontros estaduais e nacionais destinados a pensar práticas alternativas para desenvolvimento da agricultura⁴.

Na década de noventa, a questão ambiental na agricultura receberá novos contornos por conta da ECO-92, realizada no Rio de Janeiro. A ECO não constitui apenas um fórum organizado sob a liderança das Nações Unidas, mas representa um momento histórico onde as várias matizes do movimento ambientalista brasileiro se expressam paralelamente ao evento oficial. A idéia de um desenvolvimento sustentável concebida a partir do conceito de ecodesenvolvimento, fundamenta novas premissas de uma agenda norteadora de políticas públicas. Na ECO, entre os vários grupos da sociedade civil, os pequenos agricultores, os sem terra e os trabalhadores de modo geral firmam sua posição em torno de um outro modelo de desenvolvimento agrícola

Assim, a ECO fará “eco” tanto nas entidades governamentais como nos movimentos ambientalistas da sociedade civil organizada, que se sente reforçada nas suas estratégias de ação. Nas associações, nos movimentos populares e nas Organizações Governamentais e Não-Governamentais o meio ambiente passa a fazer parte integrante das políticas públicas. Assiste-se a partir de então, um avanço nas propostas de cunho ambientalista nos múltiplos setores da sociedade. Estado, mercado e sociedade civil passam a agir “ambientalmente”, embora com perspectivas distintas. As políticas ambientais implementadas pelo poder público irão privilegiar a ação protecionista, preservadora e reguladora da questão ambiental; o mercado gradativamente irá incorporar o modelo de produção de mercadorias não poluidoras; as Associações, Organizações Não-Governamentais irão formular propostas de um desenvolvimento sustentável definido como uma política de inclusão social e de gestão de recursos naturais (ALMEIDA, 1999; BRANDENBURG, 1999).

Apesar do avanço que representa para a questão ambiental, a noção de sustentabilidade parece contudo excessivamente abrangente para definir os vários movimentos ambientalistas, que procuram afirmar

⁴ ANAIS III Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, Cuiabá/MT: 12 a 17/04/87.

sua identidade. Desse modo, o movimento de contestação a agricultura convencional irá precisar melhor seu projeto. Ele nasce como alternativo à modernização conservadora, passa a orientar-se pela noção de sustentabilidade por influência da ECO-92 no início dos anos noventa e recentemente se identifica como de agricultura ecológica⁵. No início do novo milênio, assiste-se uma expansão de associações e organizações de agricultores ecológicos por conta de uma demanda crescente de alimentos isentos de agrotóxicos, por parte dos consumidores⁶.

Resumindo, podemos identificar na manifestação dos grupos sociais organizados, dois principais “tipos” de ações ecológicas no ambiente rural: as ações de proteção, preservação e gestão do ambiente natural e as ações relacionadas com mudança de padrão técnico de produção, isto é, aqueles que procuram substituir práticas agrícolas convencionais por alternativas ecológicas de organização da produção.

3. Os grupos temáticos no debate acadêmico.

Considerando a relevância da questão ambiental, a partir das manifestações de diversos segmentos da sociedade civil e da ação do Estado frente a ação denunciadora de diferentes grupos, as ciências sociais vêm-se convocadas à incluir a dimensão ambiental em suas análises. Somente a partir do momento que o ambiente natural surge coloca como uma questão para a sociedade é que emerge uma sociologia do ambiente rural. Até então “o meio ambiente” era uma área de conhecimento de competência das ciências naturais. Portanto, apenas recentemente as diversas sub-áreas da sociologia, entre elas a da sociologia rural, começa a incorporar a questão ambiental e uma sociologia ambiental começa a ganhar corpo no Brasil.

No que tange ao mundo agrário embora ainda sejam incipientes os estudos de caráter socioambiental já parece possível mapear temas mais investigados e apontar algumas perspectivas analíticas. Os estudos que serão indicados na seqüência não pretendem esgotar a bibliografia dos temas estudados, mas apenas identificar grupos temáticos que se desenham, em função das questões mais consideradas pelos pesquisadores e que possuem maior visibilidade mediante trabalhos publicados.

Conseqüências da modernização: impacto de agroquímicos, máquinas e implementos agrícolas.

⁵ Estudos recentes sobre a agroecologia, e sucessivos encontros dão noção do significado desse movimento. DAROL, Moacir. Dimensões da Sustentabilidade: um estudo da agricultura orgânica na Região Metropolitana de Curitiba, Curitiba, 2000 (tese de doutorado) KARAN, Karen. Agricultura orgânica e a estratégia para uma nova ruralidade. Curitiba, 2001 (tese de doutorado).

⁶ BRANDENBURG, Alfio. Socioambientalismo e novos atores na agricultura. IX Congresso Brasileiro de Sociologia. Porto Alegre; UFRGS, 30 /08 a 3/09/99

Os primeiros estudos que tratam das conseqüências do uso das práticas agrícolas modernas surgem no início da década de oitenta. ROMEIRO e ABRANTES (1981), irão analisar o impacto das tecnologias geradas em ambientes socionaturais estranhos a realidade brasileira. Se esclarece então, como as máquinas e implementos agrícolas contribuem para acelerar processos erosivos dos solos e para o desequilíbrio dos ecossistemas agrários. GRAZIANO NETO (1982) irá realizar uma crítica ecológica da modernização da agricultura. O problema do uso de agrotóxicos na agricultura seria tratado por GUIWANT(1992) na perspectiva da sociologia ambiental . Baseado num estudo de caso, Guiwant mostra como os agricultores legitimam o uso dos agrotóxicos adaptando-se a situações de risco. Em outro trabalho a partir do estudo da poluição ambiental causada por suinocultores em Santa Catarina, GUIWANT (1998), analisa os conflitos e as negociações relacionados com a formulação de uma política ambiental.

Movimentos sociais no campo e meio ambiente

Estes estudos tratam de mapear os movimentos sociais no campo e procuram entender o seu significado para os diversos atores envolvidos. Eduardo VIOLA (1987) ao estudar o movimento ecológico no Brasil, entre 1974-1987, irá contribuir para identificar grupos e organizações emergentes. Mais tarde, Ilze SCHERER-WARREN (1990), fará um primeiro mapeamento dos movimentos sociais no campo no intuito de compreender a articulação entre preservação dos recursos naturais e luta pela sobrevivência.

Desenvolvimento rural e meio ambiente

Os estudos relacionados ao desenvolvimento socioambiental agrário, surgem principalmente após a divulgação do Relatório de Brundtland e a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro. Há nessa perspectiva, abordagens como a do Ecodesenvolvimento (ROMEIRO, 1992), que a partir de uma análise histórica da ciência agrônômica discute a viabilidade de um padrão “técnico-ecológico” para a agricultura brasileira. Teoricamente o conceito Desenvolvimento Rural Sustentável é analisado e discutido de modo crítico por vários autores (GOMEZ, 1997; ALMEIDA, 1997; CANUTO, 1998; BRANDENBURG;1998) Na década de 90, vários debates e trabalhos foram publicados tendo em vista o ideário do Relatório de Brundtland. Nesse contexto, em 1995, dois eventos discutem a possibilidade de desenvolver alternativas para o desenvolvimento da agricultura. Em Curitiba, foi organizado o workshop “O Desenvolvimento de uma outra agricultura: acesso à terra e a meios de produção, a questão da fome e a integração social” e em Porto Alegre, a conferência internacional “Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável”. Duas coletâneas de textos foram organizados a partir desses

encontros. Para Pensar Outra Agricultura (FERREIRA e BRANDENBURG ,1998) e Reconstruindo a Agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável (ALMEIDA e NAVARRO, 1997).

Desenvolvimento rural sustentável, ou a agricultura e meio ambiente, é ainda interpretado na sua relação macro e microsocial, articulando temas diversos como: *energia* (RAMALHO FILHO e VASCONCELOS, 1992); *trabalho e mudança tecnológica* (ROMEIRO, 1998; CAVALCANTI, 1999); *desenvolvimento local, ou regional* (BRITO, 1998); *papel das ONGs* (RIBEIRO, 1997, BRANDENBURG,1999); *pesquisa* (SALLES e outros, 1997); *extensão rural* (CAPORAL,1990); *assentamentos rurais* (SILVEIRA, 1998); *segurança alimentar* (MENEZES,1998); *agricultura* (ABRAMOVAY,1994; VEIGA,1994; EHLERS, 1996); *agricultura familiar* (CARMO, 1998, BRANDENBURG,1999); *sistemas de produção agrícola* (DORETO, 1998); *populações tradicionais em áreas naturais protegidas* (ZANONI, FERREIRA, MIGUEL, FLORIANI, CANALI, RAYNAUT, 2000).

A relevância da questão ambiental, se expressa ainda nos vários encontros de associações científicas que incluem em suas agendas temas socioambientais visto nas suas diversas abordagens analíticas⁷. As revistas de Institutos de Pesquisa e Programas de Pós-Graduação editam números especiais para tratar do meio ambiente rural⁸. Nos cursos de Pós-Graduação, é sabido que cresce o número de teses que tratam do meio ambiente, embora não se possa precisar as várias temáticas pesquisadas, dado a inexistência de um sistema centralizado de informações.

Agricultura de padrão alternativo, sustentável e agroecológico: a via não convencional

As ações visando a construção de uma agricultura baseada na reorganização dos sistemas convencionais de produção suscitam estudos sobre o sentido e a perspectiva dessas iniciativas. Desse modo, no início da década de oitenta a tecnologia passa a ser discutida pelas ciências sociais sob a rubrica de alternativas ou socialmente apropriadas. Assim, CARVALHO (1982) analisaria a via da agricultura não convencional, como a da tecnologia socialmente apropriada que embora sob a hegemonia do capital viria nela uma alternativa de redução de dependência de tecnologias subordinadas ao interesse do capital. Uma estratégia de reforço ao processo de organização e de sobrevivência do pequeno agricultor, seria a

⁷ Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais-ANPOCS, Encontro da Associação Programa de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura- AIPSA.

⁸ ESTUDOS ECONÔMICOS: Agricultura e Meio Ambiente, v.24(especial), 1994; RAIZES: Agricultura, meio ambiente e condições de vida. Campina grande. Raízes, ano xvii, n.16, março/1998 n.16, 1996; DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE: A reconstrução da ruralidade e a relação sociedade/natureza. Curitiba: Ed.UFPR, n2. 2000.

interpretação dada por PINTO (1981). ABRAMOVAY(1985) discutiria a possibilidade de um “outro caminho” para agricultura que não a industrial. SILVA(1987) viria nesse movimento um “retrocesso histórico no avanço das forças produtivas” . Para esse autor a agricultura não convencional não apresentaria perspectivas em função da superioridade técnica do padrão moderno.

A análise da agricultura alternativa seria retomada a partir da ECO-92. O evento teve importância não só no sentido de avaliar o implemento de ações junto a sociedade mas também no âmbito do mundo acadêmico. Embora o conceito de “sustentável” fosse desprovido de qualquer valor heurístico, muitos estudos irão buscar conceitos na sociologia para se pensar a noção de sustentabilidade. GUIWANT (1995) ao analisar a “agricultura sustentável na perspectiva das ciências sociais”, via no conceito uma espécie de guarda-chuva para abrigar as mais distintas noções de práticas na agricultura. Assim, sustentável poderia significar: uma agricultura de insumos reduzidos, alternativa, regenerativa, biológica, orgânica, ecológica, entre outras.

Sob o tema “desenvolvimento rural sustentável” ALMEIDA E NAVARRO (1997) organizam uma coletânea de textos que avaliam e analisam perspectivas de um padrão não convencional de produção na agricultura.

Analisando o sentido de iniciativas relacionadas ao desenvolvimento de uma agricultura sustentável ALMEIDA (1999) e BRANDENBURG(1999) irão privilegiar as ONGs em suas análises. O primeiro aborda “a construção de uma nova agricultura” tomando como referência uma rede de organizações que abrange os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. O segundo analisa o papel de uma organização no Centro-oeste do Paraná. Ambos os estudos mostram que a prática de um padrão alternativo ou agroecológico expressa uma luta contra processos dominantes de homogeneização técnica e ao mesmo tempo uma construção de sujeitos idealizadores de novas relações sociais e ambientais.

4. O rural diante de duas correntes de pensamento.

As discussões e análises da questão ambiental no campo, são abordadas no contexto da reorganização do ambiente rural diante da sociedade globalizada. Nesse sentido o tema da ruralidade apresenta-se mediante uma controvérsia que articula basicamente duas posições: uma, aponta para o desaparecimento de um rural agrícola, face aos processos contínuos de urbanização e industrialização; outra, para a reconstrução de uma ruralidade que resgata um mundo da vida rural articulado com valores urbanos.

Para a primeira versão, o rural deixa de ser um espaço que privilegia a agricultura; é cada vez mais espaço de múltiplas atividades⁹ (SILVA, 1998; SCHNEIDER, 1999). A agricultura caminha para um processo de industrialização ou de um ramo de atividade industrial, de serviços em geral (GOODMAN, SORJ, WILKINSON, 1990; SILVA, 1996). Nessa perspectiva, é possível deduzir que a terra perde importância como recurso produtivo à medida em que a produção é realizada em ambientes construídos, como a produção de legumes e verduras em estufas, as granjas produtoras de aves, as fábrica-fazendas produtoras de leite. Desse modo, o rural é analisado na perspectiva da reorganização das atividades econômicas, onde o progresso tecnológico exerce um papel preponderante. Os recursos tecnológicos da informática e da engenharia genética estariam na ponta desse processo de transformação. Nesse contexto, o ambiente rural seria reconstruído na perspectiva de uma sociedade industrializada, onde as especificidades entre as atividades desaparecem, uma vez que a lógica da racionalidade técnico-instrumental seria determinante nos processos de reorganização social.

Para a segunda versão – o da reconstrução da ruralidade – o mundo rural não deixa de existir para a sociedade. Se por um lado ocorre um esvaziamento da população no campo, a medida que a sociedade se industrializa, por outro, há uma reconstrução de relações sociais no meio rural mediante categorias sociais que permanecem no campo e que são valorizadas no contexto de políticas públicas (WANDERLEY, 2000). Assim há um número majoritário de agricultores familiares, cujo processo de organização social e produtiva, reconstrói relações socioambientais que não se baseiam exclusivamente em valores urbanos. Antes, essas relações são reconstruídas com base em dois universos tensionados e complementares: o mundo da vida rural, expresso pelo cotidiano marcante das relações comunitárias no campo e o sistema urbanizado que através de relações de troca mediatiza valores universais com a sociedade (BRANDENBURG, 1990). Nessa perspectiva, embora as comunidades rurais, os núcleos, povoamentos ou pequenas vilas ou cidades possam ser dotadas de infraestrutura de lazer, energia saneamento e serviços com característica dos centros urbanos, expressam um modo de vida que tem suas raízes no meio rural (WANDERLEY, 1999). Considera-se ainda que nos chamados pequenos centros urbanos, atividades como as de serviços, agroindústria, turismo, ainda tem seu vínculo com a agricultura.

O ambiente rural é reconstruído mediante uma diversidade de atividades e com processos produtivos que combina diferentes tipos de saberes (BRANDENBURG, 1999; WANDERLEY, 1989). Ao combinar saberes

⁹ Segundo CARNEIRO(1998) , pode-se questionar a diversificação de atividades como uma novidade, pois a agricultura familiar já traz no seu modelo original a multiatividade.

diferenciados os agricultores constroem relações com a natureza que retoma processos de gestão que fazem uso de recursos naturais e não necessariamente de recursos industrializados.

Na perspectiva do socioambientalismo as duas correntes de interpretação do rural podem ser compreendidas na perspectiva da modernização ecológica ou na perspectiva da teoria crítica ou da modernidade reflexiva.

Sob o ponto de vista da teoria da modernização ecológica, uma infra-estrutura técnico-econômica renovada por um industrialismo ecológico fundamentaria o novo rural emergente.

Na perspectiva da teoria crítica da modernidade, a reconstrução do ambiente rural constitui uma escalada de um processo de reencantamento do mundo, próprio da segunda fase da modernização, (TOURAINE, 1994) ou da modernidade reflexiva (GIDDENS, BECK, LASH, 1997).

A reconstrução do rural no Brasil, não se resume à reorganização técnica dos processos produtivos. O questionamento aos processos homogeneizadores da produção em função de suas conseqüências sociais e ambientais faz com que diversos atores sociais assumam posições críticas face a desestruturação dos ecossistemas aos contínuos processos de exclusão social, de perda de identidade e massificação cultural. Paralelamente a esse processo desenvolve-se uma consciência crescente, no interior da sociedade, dos riscos da tecnologia para a saúde humana e para o Bem Estar Social (BEKC, 1997). Isto faz com que a sociedade passe a consumir produtos e serviços que se aproximem de processos naturais e biológicos, tendo em vista possíveis conseqüências apresentadas por produtos industriais como os alimentos industrializados. É nesse contexto que hipoteticamente se poderia explicar o aumento por demanda de produtos orgânicos oriundos de uma agricultura ecológica.

Desta forma, dentre os vários temas relacionados com a questão ambiental no meio rural, a reorganização da agricultura via agroecologia, parece um dos mais relevantes considerando o seu sentido, tanto para os atores sociais rurais como para a moderna sociedade de risco. Assim é possível afirmar que: se para o consumidor o consumo de produtos naturais representa uma alternativa de preservação da saúde, para o agricultor a agroecologia, em expansão, nesse momento, representa muito mais uma possibilidade de assegurar sua reprodução social do que uma ação fruto de racionalidade ecológica orientada por imperativos éticos de reconstrução de sistemas ecosociais.

A relação entre subsistência do agricultor e preservação ambiental no Brasil, parece alavancar processos técnico-naturais de produção, o que não significa dizer que nesse processo não se forje atores sociais movidos por uma consciência ambientalista. Se há uma preocupação em restaurar processos produtivos que procuram gerir recursos naturais, é possível que a preocupação com meio ambiente se amplie, e dessa forma outros aspectos ambientais passem a ser considerados na reorganização da agricultura e do espaço rural. Nestes termos, o meio ambiente rural em seu conjunto físico e biológico envolve o solo, a água, a biodiversidade, bem como a paisagem e a atmosfera JOLIVET (1994)

Os vários temas do ambiente rural, assim como do ambiente urbano e do costeiro e outros, com a instituição dos Programas de Pós-Graduação em Meio Ambiente, passam ser estudados sob a ótica da pesquisa interdisciplinar. Desta forma os quadros analíticos não se resumem as ciências sociais ou naturais, mas cada área, em seu respectivo domínio, estabelece pontes de diálogo com as áreas relacionadas aos temas definidos como objeto de investigação.

Resumindo, pode-se afirmar que a sociologia ambiental do ambiente rural, representa uma área de conhecimento estreitamente relacionada com a sociologia rural havendo ainda uma predominância desta, nas abordagens dos diversos temas agrários. Como área de conhecimento em ascensão, certamente vários paradigmas emergentes requerem ser, ainda, melhor explicitados.

5. BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Texto para Discussão IPEA n.702 – 2000

_____. A dualização como caminho para a agricultura sustentável. In. In Estudos Econômicos. São Paulo, v.24, n.especial. 1994, p 152-182.

_____. Progresso técnico: a indústria é o caminho? Cadernos de Difusão de Tecnologia. Brasília: Embrapa, v.4.n.2p. 233-245, 1985.

ALMEIDA, Jalcione. A construção social de uma nova agricultura. Editora. da Universidade. UFRGS, 1999

ALMEIDA, Jalcione e NAVARRO, Zander. Reconstruindo a agricultura. Editora da Universidade. UFRGS 1997

BECK, Ulrich. Risk Society. Towards a new modernity. Londres: Sage, Londres, 1991

BRANDENBURG, Alfio. Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável. Curitiba. Ed. UFPR, 1999

BRANDENBURG, Alfio. Socioambientalismo e novos atores na agricultura. IX Congresso Brasileiro de Sociologia. Porto Alegre; UFRGS, 30 /08 a 3/09/99.

BRANDENBURG, Alfio. Agricultura e desenvolvimento sustentável. In. Agronegócios desafios e perspectivas....SOBER,1998.

- BRITO, Francisco E. M. Meio ambiente e região: em busca da sustentabilidade comprometida. In RAÍZES, Revista de ciências sociais e econômicas. Agricultura, meio ambiente e condições de vida. Campina grande: UFPB, ano xvii, n.16, março/1998, p 61-71
- CANUTO, João Carlos. Agricultura ecológica e sustentabilidade socioambiental. In: RAÍZES, Revista de ciências sociais e econômicas. Agricultura, meio ambiente e condições de vida. Campina grande: UFPB, ano xvii, n.16, março/1998, p 13-24
- CARMO, Maristela Simões. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, Ângela BRANDENBURG. Ângela. Para Pensar Outra Agricultura. Editora da UFPR, 1998
- CARNEIRO, Maria José. Camponeses, agricultores e pluriatividade. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.
- CARVALHO, Horácio Martins. Tecnologia socialmente apropriada: muito além da semântica. Londrina: IAPAR. Doc.4. 1982.
- CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Globalização trabalho e meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife. UFPE. 1999
- CONTAG. 4^o Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais: Conclusões. Brasília: Contag, 1985.
- DORETO, Moacyr. Uso do enfoque sistêmico na sustentabilidade dos sistemas de produção: a experiência do IAPAR. In RAÍZES, Revista de ciências sociais e econômicas. Agricultura, meio ambiente e condições de vida. Campina grande: UFPB, ano xvii, n.16, março/1998, p 72-79.
- EHLERS, Eduardo. Agricultura sustentável; origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da terra, 1996
- FERREIRA, Ângela e BRANDENBURG, Alfio. Para Pensar Outra Agricultura. Curitiba: UFPR, 1998.
- GOMEZ, William Héctor. Desenvolvimento sustentável agricultura e capitalismo. In: BECKER, Denizar F. Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997
- GIDDENS, Antony, BECK, Ulrich e LASH, Scott.. Modernização reflexiva. São Paulo. Unesp. 1997
- GRAZIANO NETO, Francisco. Questão agrária e ecologia; crítica a moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982
- GUIWANT, Julia Silvia. A agricultura sustentável na perspectiva das ciências sociais. In: VIOLA Eduardo e outros. Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais.-São Paulo: Cortez, Florianópolis: UFSC, 1995.
- _____. Suinocultura e poluição no Oeste de Santa Catarina: Os desafios de implementar uma política ambiental. In: Raízes, ano XVII, n.16, março, 1998 p 113-120.
- GOODMAN, D. SORJ, e WILKINSON. Da lavoura às biotecnologias. Rio de Janeiro, Campus, 1990
- JOLLIVET, Marcel. Agricultura e meio ambiente: reflexões sociológicas. In: EST. ECON. São Paulo, v.24, n. especial p. 183-198, 1994
- PÁDUA, José Augusto. Natureza e Projeto Nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: Ecologia e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, IUPERJ, 1987.
- PINTO, João Bosco G. Tecnologia e pequena produção no desenvolvimento rural. Doc. n A-S; Recife: MINGER, SUDENE, POLONORDESTE, OEA, 1981. mimeo..
- RAYNAUT, Claude e outros... (equipe) Sustentabilidade e mudanças: história das transformações sociais e ecológicas no litoral do Paraná. X Congresso Mundial de Sociologia Rural. Rio de Janeiro; 30/07 a 5/08/2000

- RAMALHO FILHO, Rodrigo e VASCONCELOS, João Nunes. Do pro-alcool a valorização da cana-de-açúcar em Alagoas. In. MAINON, Dália. Ecologia e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: APED, 1992
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura. São Paulo: Anablume, Fapesp, 1998
- ROMEIRO Ademar R e ABRANTES, Fernando J. Meio ambiente e modernização agrícola. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: v.43 n.1, p 3-45, jan/mar 1981
- ____Agricultua e ecodensenvolvimento. In; MAINON, Dália. Ecologia e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: APED, 1992
- SCHERER-WAREN, Ilze. Movimentos sociais rurais e o meio ambiente. In: IV Seminário Nacional, Sobre Universidade e Meio Ambiente: Textos Básicos. Florianópolis, 19 a 23 de setembro, 1990
- SALES-FILHO, Sérgio, ALBUQUERQUE, Rui e MELO, Débora L. Novos rumos da pesquisa agrícola agroindustrial. In ALMEIDA, Jalcione e NAVARRO, Zander. Reconstruindo a agricultura. Editora da Universidade. UFRGS 1997
- SILVA, Jose. G. A nova dinâmica da agricultura brasileira.Campinas, SP: UNICAMP,IE, 1996.
- _____. Perspectiva da agricultura alternativa. Cadernos de Difusão de Tecnologia. Brasília:EMBRAPA. V. 4. n2.p. 117-128, 1987
- SILVEIRA, Miguel Ângelo. Desenvolvimento rural sustentável em assentamento: análise e interpretação participativa. In RAÍZES, Revista de ciências sociais e econômicas. Agricultura, meio ambiente e condições de vida.Campina grande: UFPB,ano xvii, n.16, março/1998, p 100-112.
- SCHNEIDER, Sérgio. Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Editora da Universidade.,1999.
- TOURAINÉ, Alain. Crítica da modernidade. Petrópolis, Vozes, 1994.
- VEIGA, José Eli. Problemas da transição à agricultura sustentável. In Estudos Econômicos. São Paulo, v.24, n.especial. 1994, p 9-29.
- VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil.In.PADUA, José A.. (organizador) Ecologia e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, IUPERJ, 1987.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth. A valorização da agricultura e a reivindicação da ruralidade no Brasil. In. Desenvolvimento e Meio Ambiente: a reconstrução da ruralidade e a relação sociedade-natureza. . Curitiba, Editora da Ufpr. n.2. p 29 –29, 2000.
- _____. Olhares sobre o rural brasileiro. Recife, out.1999 (mimeo)
- WEID, Jean Marc. Projeto tecnologias alternativas/FASE. In: Proposta: experiência em educação popular. Rio de Janeiro: n.27, p.9-3, novembro, 1985.
- ____Projeto tecnologias alternativas/FASE. In:Proposta: experiência em educação popular. Rio de Janeiro: n.36, p 2-4, janeiro 1988.
- ZANONI, Magda e outros. Preservação da natureza e desenvolvimento rural. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente: a reconstrução da ruralidade e a relação sociedade-natureza. . Curitiba, Editora da Ufpr. n.2.2000.